

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PAISAGEM: ANÁLISE SEMIÓTICA DE UMA INTERVENÇÃO ESTÉTICO-POLÍTICO-URBANA NO INTERIOR DO TOCANTINS¹

VIOLENCE BASÉE SUR LE GENRE DANS LE PAYSAGE : ANALYSE SEMIOTIQUE D'UNE INTERVENTION ETHETICO-POLITIQUE- URBAINE A L'INTERIEUR DU TOCANTINS

Weigma Michelly da Silva²
Luiza Helena Oliveira da Silva³
Naiane Vieira dos Reis Silva⁴

RESUMO

Este trabalho analisa uma intervenção na paisagem urbana de Wanderlândia, no norte do Tocantins, no mês de agosto de 2024. A ação na praça Padre Josimo, com cruzeiros brancos e enunciados verbais, tematiza com o vigor das imagens a violência contra mulheres e o feminicídio, considerando a gravidade dos índices no país e no estado. No centro da praça, emergem vozes que se misturam, de vítimas, dos agressores, do senso comum. Do ponto de vista teórico, as reflexões aqui reunidas ancoram-se nos estudos bakhtinianos relativos à ideologia e à polifonia, no conceito de acontecimento da semiótica discursiva e na definição de paisagem advinda da geografia.

Palavras-chave: Feminicídio; paisagem; polifonia.

RÉSUMÉ

Cet article analyse une intervention dans le paysage urbain de Wanderlândia, au nord du Tocantins, en août 2024. L'action sur la place Padre Josimo, avec des croix blanches et des déclarations verbales, thématise la violence contre les femmes et le féminicide avec la vigueur des images, compte tenu de la gravité des taux dans le pays et dans l'État. Au centre de la place, des voix se mêlent parmi les victimes, les agresseurs, le bon sens. D'un point de vue théorique, les réflexions rassemblées ici s'ancrent dans les études bakhtiniennes liées à l'idéologie et à la polyphonie, dans le concept d'événement dans la sémiotique discursive et dans la définition du paysage issue de la géographie.

Mots-clés: féminicide; paysage; polyphonie.

¹ A primeira versão deste trabalho será apresentada no VII Simpósio Nacional e VI Simpósio Internacional de Geografia, Literatura, Arte e Turismo – “Leitura e Escrita como ato político e direito humano” (SIGEOART 2024), em novembro de 2024, com previsão de publicação de trabalho completo nos anais do evento.

² Docente da rede pública estadual do Tocantins e doutoranda em Linguística e Literatura pela UFNT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2123-7149>

³ Doutora em Letras e docente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da UFNT. Bolsista do CNPq. E-mail: luiza.silva@ufnt.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5886-6809>

⁴ Doutora em Linguística e Literatura pela UFNT. Docente do Instituto Federal do Ceará, *campus* de Crateús. E-mail: naiane.vieira@ifce.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1117-3655>

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulher, instalada na ordem do dia nas dinâmicas patriarcais, sobretudo em países onde há maior pobreza e desigualdade econômica, tem sido confrontada por diferentes vozes e atores sociais, entendida como uma forma de violação dos direitos humanos. Ainda que subnotificada, a alta taxa de registros de violência contra mulher, especialmente no contexto brasileiro, revela que cada vez mais as vítimas desse crime de gênero buscam alternativas institucionais para lidar com o seu caráter cíclico, crônico e coletivo. Para abordar essa temática, conforme demarca Saffioti (2021), precisamos necessariamente considerá-la como um dos efeitos mais notáveis da cultura patriarcal, na qual se desenham papéis sociais hierarquizados e com estruturas de subalternização de alguns sujeitos:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. (Saffioti, 2001, p. 115-116)

De acordo com a socióloga, o controle dos atores localizados na subalternidade pode até mesmo prescindir da figura do homem/patriarca em determinadas circunstâncias, já que há um status quo que sustenta o estado de coisas dessa situação opressão (Saffioti, 2001). Nesse sentido, localizam-se diversos atores sociais, como o próprio Estado, a igreja, os valores sociais de forma mais ampla, ou mesmo a própria mulher, situada em posição de poder e, portanto, de substituição do patriarca, sendo mantenedora dos valores morais vigentes, que operam no sentido de dar continuidade às desigualdades de gênero. A partir disso, são observadas manifestações de violência doméstica contra mulheres, sobretudo negras e de baixa renda, no espaço doméstico, vitimadas por seus parceiros amorosos (Barufaldi *et al.*, 2017), em cenas do cotidiano, mas sendo progressivamente contestadas e confrontadas por algumas forças sociais e políticas.

Este trabalho analisa uma intervenção na paisagem urbana de Wanderlândia, cidade de pequeno porte, situada no norte do estado do Tocantins. Não se trata propriamente de uma produção literária, mas de uma inscrição de ordem poética e política no mapa da cidade e a convocar sua leitura. A intervenção na praça Padre Josimo, constituída por cruces brancas nas quais foram postados enunciados verbais, repete falas relativas à violência e ao feminicídio. No meio da praça, no meio da cidade, emergem vozes de quem muitas vezes se cala no silêncio e na solidão, em tantos casos com a percepção de culpa pela própria violência que sofre.

Com divulgação de dados e ações políticas sobre violência contra mulher em destaque no início de agosto de 2024, em referência aos 18 anos da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, no cenário nacional, de forma mais ampla, aconteceram debates em torno desse tema que ainda é tão latente quando se trata de violência de gênero. No caso de Wanderlândia-TO, o objetivo explícito da manifestação feminista era o de sensibilizar, no mês de agosto, sujeitos e sujeitas da cidade, alertando para um dos maiores problemas do país, com números infelizmente altos no próprio estado (Brasil, 2024), apontando para crescimento ainda mais significativo no ano corrente⁵. Como intervenção, a paisagem que o(a) passante visualiza é frágil, não dura, podendo a qualquer momento ser alvo de destruição por parte daqueles que negam os índices de feminicídio, mas busca, pelo símbolo que carrega, retardar o passo daquele que transita pelo espaço urbano, convocar o olhar e a reflexão.

A escrita deste texto inicia-se quando ainda estão lá as cruces, na vivência do acontecimento e, nesse sentido, tematizamos a paisagem atravessada pelo verbo. Como fundamentação teórica, mobilizamos estudos bakhtinianos e da semiótica discursiva, além do conceito de paisagem advindo da geografia. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicados em 2024, trazem os números da violência no Brasil. De acordo com o relatório publicado, na região Norte, o estado com maior taxa de homicídios estimados por 100 mil habitantes, em 2022, foi o Amazonas (43,5), enquanto o Tocantins ficou com a taxa de 30,1. Apontando para possíveis causas a justificar esses números, o documento aborda a ação de grupos criminosos, atuando principalmente nas regiões de fronteira: “No Norte, há a

⁵ Segundo nota do MP-TO, houve aumento em mais de 40% na taxa de feminicídio em 2024 no estado do Tocantins, somando-se tentativa e crime consumado (Cf.: <https://mpto.mp.br/portal/2024/08/07/para-mpto-medidas-de-prevencao-e-punicao-sao-determinantes-para-combater-alta-de-40-de-femicidios-no-tocantins-em-2024>. Acesso em 22 de agosto de 2024).

atuação de pelo menos dez organizações criminosas internacionais nas áreas de fronteira, que atuam em conjunto com os grupos brasileiros e em outras vezes disputam rotas e territórios” (Brasil, 2024, p. 20).

Ainda com relação ao Tocantins, as maiores taxas de homicídios seriam verificadas nos municípios mais populosos. Assim, considerando a porcentagem de homicídios por cem mil habitantes, temos: “Araguaína (41,4), Palmas (32,0) e Gurupi (31,7)” (Brasil, 2024, p. 24). Segundo os analistas, mesmo considerando que o Tocantins não faz fronteira com nenhum outro país, sua localização geográfica do Brasil permite funcionar como um importante corredor para o escoamento de drogas ilícitas, sendo o tráfico no estado comandado pela facção PCC (Primeiro Comando da Capital). Além das ações do PCC, da disputa desse grupo com outras facções criminosas, a violência está relacionada a disputas pela terra, com contínuas ações de violência no campo, como incêndios e assassinatos de assentados do MST (Movimento dos Sem Terra) e da população indígena.

Considerando mais precisamente os índices relacionados à violência contra as mulheres, dados do IPEA relativos a 2021 mostravam que, naquele ano, 3.858 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que faz com que as mulheres se constituam como um dos maiores grupos de vítimas da violência no país. Os dados mostram um aumento de 0,3% de homicídios femininos, com relação ao ano anterior, sendo que, na década de 2011 a 2021, foram registrados os assassinatos de 49 mil mulheres no país (Brasil, 2023). Só em 2021, no Tocantins, foram 39 assassinatos.

O IPEA ainda explicita que, em 2022, 67,4% dos assassinatos de mulheres tinham como vítimas as mulheres negras, o que fazia com que houvesse um risco 1,8% maior de assassinato para mulheres negras com a relação a mulheres não negras. A violência de gênero passa, portanto, também, por questões raciais. Em 2023, de acordo com dados do portal de notícias G1, os números mostraram-se ainda maiores, com aumento de 0,8% dos dados da violência contra mulheres, sendo 63,6% referente ao grupo de mulheres negras (Dutra, 2024).

De acordo com o Código Penal brasileiro, Lei 13.104 (Brasil, 2015), caracteriza-se como feminicídio o assassinato provocado contra a mulher por razões de pertencer ao gênero feminino, compreendendo como tal a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição da mulher. A tipificação, conforme a lei, aumenta a pena em $\frac{1}{3}$ ou até metade se o crime for praticado: i. durante

a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; ii. contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 ou com deficiência; iii. na presença de descendente ou ascendente da vítima. A qualificação do feminicídio serviu, portanto, para aclarar os assassinatos que têm como principal motivação o crime de ódio contra mulheres e os dados do constante aumento de feminicídios escancaram a urgência de políticas públicas para seu combate. A partir da aprovação dessa mudança no Código Penal, promulgada na gestão da presidenta Dilma Rousseff, o feminicídio passa a ser caracterizado ainda como crime hediondo. Apesar do aparato legal, ser mulher no Brasil é, enfim, muito perigoso.

É frente a esse contexto que manifestações de coletivos feministas se organizam por todo o país, no mês de agosto, contra o feminicídio e a violência contra mulheres, numa campanha que recebe o nome de *Agosto Lilás*. A intervenção que tomamos como objeto de discussão inscreve-se, pois, como uma das frentes desse grande movimento, evidenciando o engajamento de lideranças feministas na cidade tocantinense, modificando, por tempo preciso e determinado, a paisagem do centro de Wanderlândia.

Conforme a definição de Milton Santos, paisagem “é tudo aquilo que nossa visão alcança” (Santos, 2014, p. 67). Podemos pensar, portanto, que a paisagem remete a um estado de coisas, apreensível pelos sentidos num dado aqui-agora, considerando-a como, num dado instante irrepitível, correspondendo a “tudo aquilo que entra em nosso campo de presença” (Silva; Silva, 2024, s/p). É da ordem do irrepitível porque, a cada novo olhar, a paisagem já é outra, ainda que seja apenas pelos reflexos da luz que incide sobre o cenário ou porque aquele que percebe já é outro, informado e transformado pelos efeitos da visão.

Remetendo a esse instante da apreensão, a paisagem estaria para a noção de acontecimento, assim como o espaço para o da transformação, o da narração (na sucessão de causas e consequências), dado que, como argumenta ainda Santos, “O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento” (Santos, 2014, p. 79). Compreendido, segundo o geógrafo, como um par dialético, paisagem e espaço se complementam e adensam modos de conceber a espacialidade. Sob o gesto que categoriza a paisagem, reconhecendo ali um vale, lá o cerrado, acolá uma montanha, tudo estaria apenas a servir aos propósitos de

confirmação de um modo de organizar e falar do mundo, não necessariamente de senti-lo e vivenciar seus impactos. Reconhecer é, afinal, confirmar um já sabido.

Para ser experimentada sensivelmente, o observador deveria desocupar-se das categorizações, aberto ao que Jacques Geninasca denomina como “olhar estético” (Geninasca, 2004). A partir dos estudos de Claude Zilberberg (2011) desenvolvidos ao longo da elaboração de uma semiótica tensiva, o acontecimento compreende o que advém de modo inesperado, impactando de modo sensível e intenso o sujeito da percepção. Como se trata de um excedente, no momento da apreensão, da vivência do acontecimento, o sujeito não produz sentidos, não organiza o que sente como uma interpretação, deixando-se tão somente afetar pela ordem das coisas. Depois do impacto, quando o que viveu já se torna memória, é que os sentidos podem ser reorganizados e o sujeito então “volta a si”. Tratando do acontecimento estético, Greimas fala que é o objeto que avança sobre o sujeito (Greimas, 2002 [1987]), o que pressupõe, portanto, uma mudança de papéis actanciais, já que o estético invade, no caso aqui analisado, o campo de visão do sujeito e o imobiliza, deslocando-o da realidade cotidiana. Assim, só após a experiência desse sentir excessivo é que essa espécie de não-sujeito se torna novamente sujeito e encontra as condições de dar sentido ao intensamente vivido. Mobilizamos o conceito de acontecimento pensando nas intencionalidades que movem as escolhas enunciativas, prevendo um desarranjo na regularidade dos estados de coisas e seus impactos de ordem sensível sobre os sujeitos da cidade.

No cenário da cidade, a praça é o espaço do já conhecido, povoado de sentidos que não mais convocam o sujeito do sentir, que já não movem e comovem o olhar, uma paisagem que já não se vê. Inserida na ordem da regularidade, acaba por não mais ser mais vista, situando-se como espaço do sem sentido, dessemantizada, não podendo convocar senão seu mero reconhecimento. A instalação age no sentido da (re)convocação do corpo, a que se segue a convocação do espírito para uma causa pública. Serve para desacelerar o movimento do corpo, fazê-lo voltar atrás, encerrar o passo, mover-se em direção ao sentido, assim como a regularidade das mortes de mulheres ficam a demandar que não esteja inserida como natural, cotidiana, dessemantizada, trivial.

Nas seções que se seguem a esta introdução, essa perspectiva orienta a leitura do acontecimento relativo à intervenção. Na seção seguinte, falamos da praça

propriamente dita e o que ela traz em termos de já conhecido, de uma memória de lutas no contexto da cidade. Na seção posterior, analisamos, principalmente alicerçados nos estudos do Círculo de Bakhtin, a polifonia que os enunciados verbais provocam no (des)concerto das cruzes na cidade.

2 A PRAÇA PADRE JOSIMO

Wanderlândia é uma cidade que, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), contava, em 2022, com uma população total de 10.522 pessoas. Como muitas outras cidades pequenas do estado, o quantitativo de casos que envolvem violência contra a mulher perde destaque em função do próprio porte da cidade (Brasil, 2024). As agressões e mortes são, contudo, uma espécie de endemia no contexto brasileiro, o que levou mulheres do lugar a organizarem sua intervenção no mês de agosto de 2024.

A praça onde se deu a manifestação contra a violência e o feminicídio é simbólica na cidade de Wanderlândia. Recebe o nome de um padre assassinado a mando de latifundiários e considerado um símbolo de luta por justiça social nessa região de fronteira, que compreende os estados do Tocantins, Pará e Maranhão, caracterizada por intensa disputa pela terra. Trata-se, pois, de um território já investido de sentidos, de discursos, de memória, não sendo aleatória a escolha desse espaço para a intervenção.

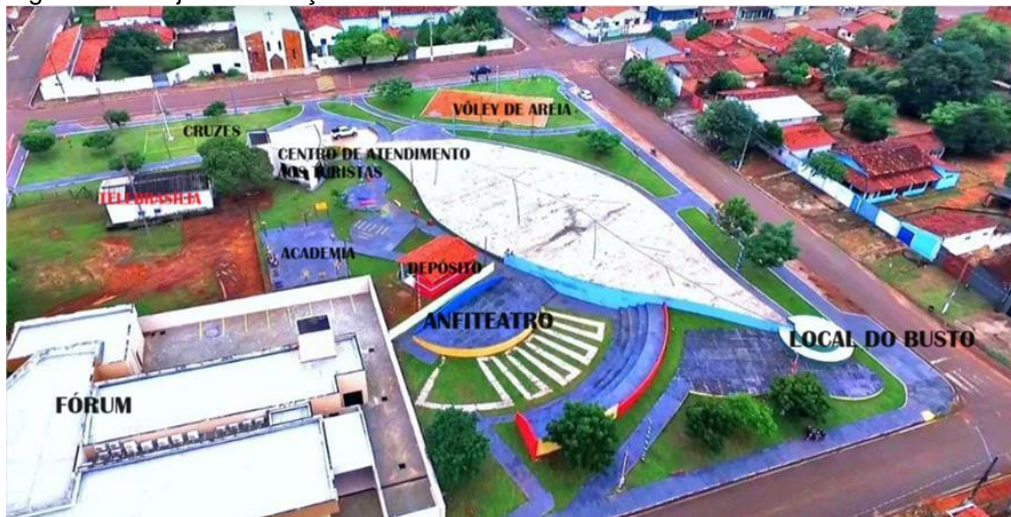
Padre Josimo Moraes Tavares, nascido em Marabá, Pará, em 1953, é conhecido por sua dedicação aos marginalizados e oprimidos da sociedade. Ingressando no seminário jovem, sua formação em Filosofia e Teologia foi a base que o preparou para uma vida de serviço, marcada por sua ordenação em 1977 e subsequente trabalho nas paróquias de Wanderlândia e São Sebastião do Tocantins. Como coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sua atuação foi decisiva na defesa dos direitos dos pequenos agricultores e posseiros contra os abusos dos latifundiários, particularmente na região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. Josimo estudou filosofia e teologia em seminários dirigidos pelos lazaristas e vicentinos. Tendo iniciado seus estudos no Seminário de Brasília, entre 1969 e 1971, continuou sua formação nos seminários vicentinos de Aparecida e Petrópolis, onde completou sua formação teológica e filosófica entre 1972 e 1978.

A vida de Padre Josimo constitui uma contínua manifestação de resistência e luta pela justiça social, mesmo sob ameaças constantes. Sua coragem em confrontar as desigualdades estruturais e seu martírio em 1986, quando foi assassinado em Imperatriz, sul Maranhão, são simbólicos na luta do homem pela terra e dos oprimidos contra o sistema capitalista. Havia escolhido permanecer ao lado dos mais vulneráveis, ciente dos riscos, mas impulsionado por uma fé inabalável na missão de transformar a sociedade e promover a equidade.

O legado de Padre Josimo transcende a morte, pois sua história inspirou e continua inspirando movimentos sociais e comunitários. Sua memória é celebrada anualmente na Romaria da Terra e das Águas, e seu nome vive em várias instituições que perpetuam seu compromisso com a justiça social. Como mártir da luta pela terra, Padre Josimo simboliza resistência contra a opressão e esperança para aqueles que ainda lutam pelo direito à terra e pela dignidade humana.

A praça que recebe seu nome encontra-se posicionada em frente à igreja Matriz Católica, onde Josimo desempenhou suas funções como pároco. A seguir, reproduzimos um desenho do projeto arquitetônico da praça (Fig. 1), com imagens que não necessariamente correspondem ao que foi edificado e se encontra então lá.

Figura 1 - Projeto da Praça Padre Josimo



Fonte: Instagram da Prefeitura de Wanderlândia

Em frente à praça está o Colégio Nossa Senhora da Conceição, fundado em 1973 e fechado em 2019, local onde o Padre Josimo atuou como diretor entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, antes de sua mudança para a diocese de Tocantinópolis-TO em busca de maior segurança. Anteriormente, o local da praça

abrigava uma quadra poliesportiva, que foi demolida para dar lugar a esse memorial dedicado ao padre.

Centralizado na praça, destaca-se um prédio antigo da Telebrasília, anteriormente um núcleo essencial de comunicação telefônica da cidade, hoje desativado, mas que ainda exhibe uma placa da empresa de telefonia Oi. Em frente ao prédio da Oi é que as cruzes foram erigidas como um protesto contra o feminicídio e a violência doméstica. Atrás do prédio da Telebrasília, localiza-se o Fórum de Justiça da cidade, renomeado em 2017 para "Desembargador Antônio Félix Gonçalves" pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, durante a administração de Maurício Viana.

Ao lado, há um anfiteatro ao ar livre com formato circular. Entre o palco elevado e a escadaria circular, que serve de assento para o público, há um gramado acessível por duas vias: uma rampa à direita e uma escadaria que conduz ao mesmo nível do palco. Atrás da rampa, há uma casinha sem placa, que funciona como depósito. Em frente à casinha, encontram-se aparelhos de academia, de estrutura de ferro. Na parte posterior da área de assentos, localiza-se um pedestal na esquina oposta ao fórum e à paróquia, inicialmente destinado a receber um busto do Padre Josimo, que nunca foi colocado, silenciando mais uma vez a voz potente que ele representa. A praça é circundada por bancos de madeira rústicos e apresenta limitada arborização. No setor mais elevado, encontra-se uma área paisagística em forma de folha, simbolizando a natureza. Entre essa área verde e o colégio, situa-se um campo de vôlei de areia.

Diante da igreja, na praça, existe um prédio planejado como centro de informações turísticas, que permanece fechado. Sua fachada voltada para igreja é decorada com uma fonte em forma de cachoeira, que normalmente se encontra desligada. Esse prédio fica com as portas voltadas para o formato da folha, e tem uma parede de vidro; sobre a porta de vidro estão fixadas placas de empreendedores e da polícia científica. O artista local, conhecido apenas como Luís, criou uma escultura de onça em cimento ao lado desse prédio, voltada para a igreja.

Uma placa (Fig. 2) faz alusão ao nome do padre Josimo e homenageia o Senador João Batista de Jesus Ribeiro (1954 - 2013), o que cria um paradoxo, dada uma evidente oposição ideológica que põe em confronto nomes diametralmente opostos na política local.

Figura 2 - Imagem da placa que identifica o nome da praça



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Josimo seria um ator alinhado à esquerda, aos socialmente mais frágeis, aos movimentos sociais; Ribeiro, à direita, alinhado aos latifundiários e grandes pecuaristas. Disputando os sentidos na placa/na praça, é como se a disputa que caracterizou a vida desses dois personagens permanecesse ali, um nome convocando o outro, responsivamente, para a compreensão das disputas pela terra e pelos sentidos, como se a narrativa que se constrói pudesse apagar as dissidências, unindo-os polifonicamente num mesmo discurso, mas que não cola, produzindo apenas ruído e estranhamento a quem conhece a história dos dois personagens.

Entre esse prédio e a igreja, um pátio aberto serve para atividades recreativas infantis, encontros de idosos e feiras empreendedoras de mulheres. Ao lado, o prédio da Telebrasil onde se encontra um gramado, há cenário de jogos infantis de futebol e local das cruzes que denunciam o feminicídio e a violência doméstica.

Como se pode observar pela descrição que fizemos, a praça propriamente dita não apresenta qualquer outro elemento que remeta a quem foi Josimo senão pela placa (Fig. 2) e sua nomeação. Não há inscrições, um busto, um monumento propriamente dito, como anunciado pelo projeto (Fig. 1), bem como inexistente, por iniciativa do poder público local, construção de memória que contribua para fortalecer no imaginário coletivo o significado dessa personalidade pública homenageada no

título dado à praça. Esse apagamento também pode ser constatado pela (quase ausência de) memória material de Josimo, tendo em vista o abandono e consequente danos pela ação do tempo da casa onde viveu o padre, a qual seria destinada ao funcionamento de um museu que jamais foi efetivado. Ao fundo, encontra-se o Fórum, cuja pedra fundamental que deu início a sua construção data de 2009. Na ocasião, lideranças presentes trataram do simbolismo de eleger o local para a edificação desse prédio da justiça:

Como foi citado em discurso pelo Desembargador Antônio Félix, presente na solenidade, o prédio novo será construído na Praça Padre Josimo, coordenador da Pastoral da Juventude em Wanderlândia, na década de 80, e ícone na defesa aos trabalhadores e trabalhadoras rurais oprimidos, da região do Bico do Papagaio. “Na praça construída em homenagem ao Padre Josimo, onde ele realizou seu trabalho, será edificado o prédio da Justiça” [...]. O Desembargador Antônio Félix atuou na Comarca de Wanderlândia. (Lançamento..., 2009, s/p)

A eleição da praça para a intervenção feminista é, nesse sentido, compreensível porque seria lugar de luta, ecoando memórias de resistência na região.

3 SILÊNCIO E VOZES NA PRAÇA PADRE JOSIMO

Na perspectiva dos estudos bakhtinianos, os enunciados não existem de forma isolada, conectando-se sempre a uma vasta rede de discursos sociais, políticos e culturais que transformam as percepções e as ações dos sujeitos históricos. Conforme Bakhtin, “[...] cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2011 [1979], p. 272). Nesse sentido, a instalação que tomamos como objeto de análise repete propositadamente falas que reconhecemos, que não têm necessariamente uma origem reconhecível, mas que servem para naturalizar modos de traduzir a violência, podendo ser compreendidas ainda como uma das muitas encarnações dessa mesma violência. Ao trazer à tona falas que todos reconhecemos, a intervenção desafia a normalização de sua enunciação, agindo na contramão: denunciam o feminicídio, a violência doméstica, suas formas de naturalização e silenciamento. Ainda que gesto de repetição, coladas a cruces brancas espalhadas em meio a uma silenciosa praça, essas frases agem como intencionalidade de deslocamento buscando convocar os movimentos de sentidos outros (Fig. 3), sua desnaturalização.

A ideologia patriarcal, embutida em discursos sociais, institucionais e culturais, realça a desigualdade de gênero, atribuindo às vozes masculinas um peso maior e, conseqüentemente, produzindo o silenciamento das mulheres. Na perspectiva de Pateman (2023, p. 19), em discussão sobre o contrato sexual, apenas “os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos necessários para participar dos contratos, dentre os quais o mais importante é a posse da propriedade em sua pessoa; quer dizer, somente os homens são ‘indivíduos’”. Nesse sentido, a violência contra a mulher confirma-se como a expressão máxima e extremada desse direito, já que, em diálogo com Kolontai (2011), a mulher é tida como uma extensão do homem, do patriarca, sem direito individual, como sujeita em si mesmo, e por isso passível de aniquilação, de violação, de violência letal contra sua humanidade. Além disso, a ausência ou sub-representação das vozes femininas nas narrativas que interpretam esse tecido social contribui para criar o efeito de invisibilidade. Cada enunciado presente nas cruces atua como um elo em uma cadeia complexa de discursos, cada um representando histórias de dor e resistência que, somados, formam um panorama crítico da sociedade.

Figura 3 - A instalação: cruces no chão da praça



Fonte: Acervo pessoal (2024).

A linguagem, ao ser constituída socialmente, reflete a ideologia dominante e molda a consciência das pessoas, sendo o produto da interação entre diferentes sujeitos sociais. Segundo Volochinov (2018 [1929]), os signos ideológicos são

formados nesse processo de interação social, onde os interesses de diversas classes direcionam a construção das representações que se materializam nas palavras. Dessa forma, a relação entre o sujeito e a realidade é mediada pelos signos, que conectam o indivíduo ao mundo externo, influenciando a percepção e a vivência psíquica.

A presença do diálogo interno de cada indivíduo como um aspecto fundamental da consciência polifônica que permite elucidar a representação da coexistência de distintas vozes e pontos de vista na perspectiva individual de cada sujeito. Tais vozes refletem e refratam influências sociais, culturais e ideológicas, bem como a diversidade de experiências vividas pelo sujeito. Conforme Ponzio,

Nosso discurso está carregado do discurso do outro, pois falamos através da palavra alheia. Isso ocorre devido ao fato de sermos sujeitos situados tanto historicamente como ideologicamente em contextos sociais. As palavras que utilizamos não são fruto de um sistema isolado, mas sim de enunciações completas e com determinada direção ideológica, ou seja, expressam um projeto concreto, um determinado nexos com a práxis. (Ponzio, 2008, p. 101)

Essa consciência polifônica evidencia-se na forma como nos expressamos e interpretamos os sentidos da enunciação, como no ato da fala ou da escrita, em que diferentes vozes de nossas interlocuções individuais impactam nas escolhas das palavras, na estrutura do discurso e na recepção de significados. E os níveis de responsividade que reverberam nos enunciados estão intrinsecamente interligados aos arcaibouços linguísticos e inteligíveis de cada sujeito nos processos comunicativos das práticas sociais.

Observemos, agora, os enunciados que povoam a praça na manifestação do *Agosto Lilás*:

Quadro 1 - Enunciados transcritos nas cruces

Grupo 1	“Você é louca” “Não conta a ninguém” “Não quero você saindo com suas amigas” “Você está exagerando” “Me perdoa” “Faço isso pelo seu bem” “Você é só minha” “Nunca vai me largar” “Não vou fazer de novo”.
Grupo 2	“Ele só estava nervoso” “Foi só essa vez” “Eu faço tudo por você, é isso que recebo em troca?” “Mas, ele disse que me ama!” “Ele se arrependeu” “Para... para, não me bate!” “Ah, mas ele não tem coragem de me matar” “Me bateu só porque estava bêbado” “Ele disse que vai mudar” “Ele vai parar” “O pai dele era assim, é trauma!”
Grupo 3	“Não é “normal” “Silêncio mata” “Nem todas conseguem fugir!” “Você é a culpada” “A culpa é sua!”

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras (2024)

Organizamos os enunciados em três grupos, partindo do pressuposto de que todos são vozes sociais, ainda que particularizadas pelos efeitos de escolhas enunciativas que reportariam a um “eu” e um “você” específicos em cada caso de violência, em cada caso em que são novamente enunciadas. No grupo 1, estariam aquelas que mais de perto traduziriam a voz condenatória de um sujeito que se coloca como um destinador sancionador e condena a mulher à violência e/ou à morte: a mulher é a louca, a que não deve contar o que se passa no lar, a que não pode ter amigas, a que exagera, a que deve perdoar quem só age pelo pretense bem, a que define o corpo feminino como sua propriedade, a que promete mudanças que nunca ocorrem. Servem esses enunciados para que os principais destinatários da mensagem produzida pela intervenção, as mulheres, reconheçam e reconheçam-se nas falas, nas desculpas, nas ameaças, na violência, nas contradições que ali ecoam. No grupo 2, estão os enunciados comuns de mulheres em situação de vítima do agressor marido, companheiro, namorado. O que elas possuem em comum é que ecoam os sentidos de quem foi agredido e buscam justificativas para perdoar o agressor, amenizando a gravidade do que foi vivido. Essa predisposição para compreender e perdoar é que mantém as mulheres à mercê de novas agressões que podem levá-las à morte. No grupo 3, estariam os enunciados dos “observadores”, de uma espécie de destinador social, advinda daqueles que não estão diretamente implicados na situação de violência familiar, mas que a interpretam. Como se pode observar, esses enunciados apontam direções ideologicamente contraditórias, desde aquelas que cobram da mulher que denuncie o agressor, àquelas que a condenam como responsável pela violência sofrida.

A distribuição dessas falas em grupos distintos aponta para a polifonia presente na sociedade. Enquanto as vozes masculinas expressam o controle e a dominação, as vozes femininas demonstram tanto a resistência quanto a submissão às narrativas de poder que normatizam a violência. As vozes do destinador social, por sua vez, partem de sentidos contraditórios, mas predominantemente servem para confirmar, legitimar e perpetuar essas dinâmicas, reforçando estereótipos e papéis de gênero que dificultam a emancipação das mulheres.

Nesse sentido, a intervenção político-estética aqui abordada pode provocar o desarranjo na percepção dos sujeitos que com ela se depara em função do conjunto

que encarna: está em uma praça com destacável papel político contestatório, com a inserção de cruzeiras distribuídas pelo espaço, nestas inseridos enunciados que povoam o imaginário social e naturalizam a violência contra a mulher. Se apenas os enunciados parecem direcionar para o já sabido, desde as potenciais vozes dos agressores, passando pelos discursos justificativos das vítimas e coniventes ou julgadores da sociedade em geral, sua inscrição no objeto plástico, situado em um espaço público, é o que pode ser considerado inusitado e produzir o acontecimento na percepção dos sujeitos.

Esses discursos, organizados no Quadro 1, situam-se, predominantemente, nos contextos de interação privada, no campo do doméstico, espacialidade de localização da sujeita mulher submetida à violência machista e patriarcal (Perrot, 2013). Sua reprodução no espaço público, denunciando aquilo que é da ordem do político, do coletivo e do social, evidencia, portanto, que a violência doméstica e o feminicídio não são prosaicos ou ainda frutos de uma experiência e uma relação muito particular, mas se inscreve como transversal à vivência das mulheres da região. Além disso, a cruz, simbólica da tradição cristã como relativa ao campo da morte, e situada, portanto, em espaços públicos mais peculiares, configura-se como objeto estético capaz de causar o estranhamento a quem passa no local, já que a aparição dessa plasticidade no espaço público remete a instâncias de denúncia política. A cor branca desse objeto, sistematicamente disposto no espaço de uma praça urbana pública, que carrega as inscrições verbais em destaque, toda essa cena é o que chamamos de estético, em diálogo com o debate público sobre a violência contra a mulher em uma pequena cidade do norte do Tocantins.

Se a praça é esse lugar do já sabido, de sentidos alocados na programada percepção dos sujeitos, a alteração na sua espacialidade convoca-os a uma nova produção de significados. Eis, então, aquilo que está na ordem do regular (a praça, as cruzeiras, os discursos sociais) arranjado numa configuração única de modo a causar estranhamento em quem se põe a observar. Delineando uma nova paisagem, tal cena convoca o sujeito a reinterpretar os discursos: uma praça como espaço da disputa política; as cruzeiras brancas, organizadamente dispostas, inserem um obstáculo aos transeuntes, mas também convocam a sua atenção pelo inusitado da situação, sinalizando de antemão de uma denúncia pública; os discursos nos enunciados colados às cruzeiras que, assentados no imaginário popular, chegam aos olhos dos

sujeitos numa disposição singular, sinalizando que tais sentenças, em vez de reafirmar uma regularidade, precisam causar estranhamento na coletividade, suscitando novos sentidos.

Ao antagonizar com a posição ideológica de relativa convivência social, demarcada por enunciados como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, a intervenção político-poética reivindica os sentidos para relocalizar o caráter sistemático da violência. A praça é pública, as cruzeiros são uma representação plástica de valor coletivo e, portanto, os discursos ali ecoados precisam sair do espaço doméstico, individual e privatizado no interior das dinâmicas familiares. Como destaca Giffin (1994, p. 150) em análise sobre a violência de gênero no contexto da América Latina, “Na medida em que a família é identificada como a principal instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros, o controle social é visto como atuando diretamente sobre o corpo das mulheres, cuja identidade principal é a de mãe, e cuja sexualidade é socialmente aceita somente na reprodução de filhos legítimos”. Se as violências e o feminicídio acontecem no interior do espaço doméstico ou pretensamente apenas no âmbito das relações sexuais-afetivas muito particulares, uma intervenção pública e na ordem da paisagem, como aqui se verifica, pode desencadear novos modos de perceber tais discursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do recorte de uma instalação poético-política na cidade de Wanderlândia, lançamos o olhar mais amplo sobre a paisagem e o tecido social que constituem o cenário de violência de gênero no Brasil e no Tocantins, respectivamente. Buscamos aqui refletir, a partir de pressupostos de abordagens linguísticas e categorias geográficas, sobre uma instalação, compreendida por nós como uma intervenção poética no espaço urbano, mas, principalmente, uma intervenção de ordem política.

A legibilidade não é a mesma convocada pela leitura da poesia, do romance, do conto, da crônica, da literatura oral... É uma que convoca o corpo mesmo, principalmente o de mulheres, destinatárias privilegiadas por uma enunciação que se inscreve na ordem de movimentos feministas e na desordem de uma ordem patriarcal e violenta do mundo. Ainda enfatizamos o recorte racial, considerando-se o estado do

Tocantins como majoritariamente negro, com taxa percentual acima de 72% da população autodeclarada, bem como o socioeconômico, já que a região se destaca por sua profunda desigualdade de renda. Esses elementos constituem fator de risco para as mulheres, que, sendo negras, pouco escolarizadas e pobres, demarcam o maior percentual de vítimas de agressão doméstica no estado (Prado et al., 2023).

Nesse sentido, as altas taxas de violência contra a mulher, conforme destacamos a partir do objeto de análise, encontram eco na intersecção entre esses dois fatores, pois as mulheres em geral sofrem violência de gênero, mas há maior incidência sobre as que são indígenas e negras. Conforme destaca Sueli Carneiro (2003), é necessário considerar que a mulher negra é submetida a um tipo específico de violência e marginalização na sociedade patriarcal e racista:

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. (Carneiro, 2003, p. 122)

Em diálogo com a proposição da socióloga, lembramos das “imagens de controle”, debatidas por Patricia Hill Collins (2019), pois há aí também uma formação discursiva e ideológica que situa a mulher negra e pobre como aquela que pode sofrer tais violências, pois estas seriam comuns a tal grupo de sujeitas. Como efeito, percebe-se aí uma maior vulnerabilidade psicossocial a esse tipo de opressão, já que essas sujeitas se autopercebem como subjetivada em relação ao outro que tem significado, enquanto o homem, potencial violador, percebe-se a si próprio como autossuficiente em sentido social (Zanello, Silva, 2012). A intervenção estética-política, conforme analisamos, vai de encontro a tais imagens de controle e a esse modo de autopercepção, pois desloca os sentidos das sentenças comumente reproduzidas ao situá-las no espaço público e com uma configuração de denúncia ao instaurá-las na paisagem urbana de Wanderlândia.

Como membros de um coletivo feminista que nasce no contexto dos enfrentamentos no norte do Tocantins, o *Coletivas Raimundas*, trazemos para o debate reflexões sobre um ato político, intentando servir, neste mês de agosto, o do *Agosto Lilás*, em que nos inscrevemos para o evento e produzimos este texto, também

agir em solidariedade a outras mulheres, sabendo que algumas de nós podem figurar por instantes em manchetes de jornais como mais uma vítima. Na balbúrdia de muitas vozes que nos constituem e nos atravessam, tomamos partido.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].

BARUFALDI, L. A. *et al.* **Violência de gênero**: comparação da mortalidade por agressão

em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2929-2938, 2017.

BRASIL. **Atlas da violência**: retrato dos municípios brasileiros. Brasília: IPEA; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileiros.pdf> Acesso em 21 ago. 2024.

BRASIL. **Atlas da violência, v. 2.7**. Brasília: IPEA; FBSP, 2023. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf> Acesso em 21 ago. 2024.

BRASIL. **Lei 13.104, de 09 de março de 2024**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm Acesso em 21 ago. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUTRA, Klauson. Violência contra a mulher e feminicídio registraram aumento em 2023, mostra levantamento. **G1**, 18 jul. 2024. Disponível em: <http://cbn.globo.com/brasil/noticia/2024/07/18/violencia-contra-a-mulher-e-femicidio-registram-aumento-em-2023-mostra-levantamento.ghtml> Acesso em 21 ago. 2024.

FLOCH, Jean-Marie. **Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral**. São Paulo: CPS, 2001 [1985].

GENINASCA, Jacques. O olhar estético. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia (org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: CPS/Hacker, 2004, p. 29 - 55.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 146-155, 1994.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Da imperfeição**. Trad. Ana Cláudia Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002 [1987].

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Wanderlândia**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/wanderlandia/panorama> Acesso em 21 ago. 2024.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LANÇAMENTO de pedra fundamental em Wanderlândia marca resgate do Judiciário com o Bico do Papagaio. **Poder Judiciário** – Estado do Tocantins, 2009. Disponível em: <http://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/lancamento-de-pedra-fundamental-em-wanderlandia-marca-resgate-do-judiciario-com-o-bico-do-papagaio> Acesso em 09 ago. 2024.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PETIT, Michèle. **Leituras**: do espaço íntimo ao espaço público. Trad. Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO, I. F. et al. Caracterização da mulher vítima de violência no estado do Tocantins, 2009-2021. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 10200-10212, 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da; SILVA, Naiane Vieira dos Reis. **Paisagens do Norte na literatura:** entre estaticidade e movimento. No prelo, 2024.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. C. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética** (Impresso), v. 20, p. 267-279, 2012.

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de semiótica tensiva.** Trad. Luiz Tatit, Ivã Lopes, Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê, 2011.